

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGÜERA - BANDEIRANTES S.A.
Companhia aberta
CNPJ nº 02.011.818/0001-07
N.º 31 nº 559-0/84-61

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária
realizada em 28 de junho de 2006.**

DATA, HORA E LOCAL: 28 de junho de 2006, às 15 horas, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, nº 200, Bairro do Retiro, na Cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo.

PRESENÇA: Foram cumpridas, no Livro de Presença, as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei 6.404/76, constatando-se a presença dos acionistas representando a totalidade do Capital Social, conforme se verifica das assinaturas constantes no “Livro de Registro de Presença dos Acionistas”.

CONVOCAÇÃO E PUBLICAÇÃO PRÉVIA DE ANÚNCIOS: Os avisos de que trata o artigo 124 da Lei 6.404/76, foram dispensados em conformidade com a Lei, pelo comparecimento da totalidade dos acionistas, conforme permitido pelo parágrafo 4º do artigo 124.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Sr. Renato Alves Vale, Presidente e Sr. Massami Uyeda Junior, Secretário.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre a i) emissão, para subscrição pública, de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantias reais, no valor total de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos e dez milhões de reais); ii) autorização para que o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia adotem todas as medidas necessárias à emissão das debêntures, incluindo, mas não se limitando, a constituição das garantias reais, e iii) a outorga de procuração ao Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES (“BNDES”) e ao agente fiduciário da emissão.

DELIBERAÇÕES: Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, absteram-se de votar os legalmente impedidos:

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGÜERA - BANDEIRANTES S.A.

Companhia aberta

CNPJ nº 12.451.848-000/02

NIRE nº 35300157161

(i) foi aprovada a emissão, pela Companhia, para subscrição pública, a “Emissão”, de debêntures não conversíveis em ações, as “Debêntures”, com as seguintes características:

- 1.1 *Data da emissão:* 1º de abril de 2006, para as Debêntures de primeira, segunda e terceira séries. “Data de Emissão”;
- 1.2 *Valor total da emissão:* O valor total da emissão será de R\$ 510.000.000,00 (quinhentos e dez milhões de reais);
- 1.3 *Quantidade:* Serão emitidas 51.000 (cinquenta e uma mil) Debêntures para distribuição pública;
- 1.4 *Valor nominal:* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão, o “Valor Nominal Unitário”;
- 1.5 *Séries:* A emissão será dividida em três séries, sendo que a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série será definida de acordo com a demanda pelas Debêntures nos diferentes índices de Remuneração, conforme apurado em procedimento de *sinking* a ser conduzido pelos Coordenadores ante aos investidores;
- 1.6 *Forma e Modalidade:* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural e da modalidade simples, não conversíveis em ações;
- 1.7 *Espeçie:* As Debêntures serão da espécie com garantia real, constituída por: a) penhor de 99,99% das ações ordinárias de emissão da Companhia, detidas pela Companhia de Concessões Rodoviárias (“CCR”); b) penhor de valores, créditos, recebíveis e outros valores que correspondam a 100% do produto oriundo da cobrança do pedágio, em toda a extensão do Sistema Anhangüera-Bandeirantes, bem como das receitas auferidas pela Companhia decorrentes de todos e quaisquer direitos que gerem receita em virtude do Contrato de Concessão e c) penhor de direitos nos montantes depositados nas contas bancárias detidas pela Companhia e identificadas pelos números 060019 e 060068, na Agência nº 0912 do Banco Banco Itaú S.A. e as respectivas aplicações financeiras realizadas com tais montantes, incluindo todo e qualquer juro ou receita financeira delas decorrentes. Os penhores ora referidos serão compartilhadas com o BNDES e os debenturistas;

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGÜERA - BANDEIRANTES S.A.

Companhia aberta

CNPJ nº 02.451.818/0001-62

NIRE nº 3530-034262

representados pelo agente fiduciário da Emissão, o "Agente Fiduciário", na forma prevista nos devidos instrumentos contratuais. Caso a Companhia venha a celebrar contratos de créditos adicionais, os credores adicionais poderão compartilhar as garantias ora mencionadas com o BNDES e os debenturistas.

- 1.8. *Prazo de Vencimento:*** As Debêntures de primeira série terão prazo de 96 meses, as de segunda série de 90 meses e as de terceira série de 72 meses, vencendo-se, portanto, em 1º de abril de 2014, 1º de outubro de 2013 e 1º de abril de 2012, respectivamente.
- 1.9. *Rendimento:*** O rendimento das Debêntures da primeira e segunda séries será com base no Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas (IGPM, FGV) - o "IGPM", acrescido de juros a serem estabelecidos em processo de *bookbuilding* e o rendimento das Debêntures da terceira série será com base no CDI acrescido de juros a serem estabelecidos em processo de *bookbuilding* - o "Rendimento". A deliberação das taxas finais deverá ser estabelecida em reunião do Conselho de Administração da Companhia.
- 1.10. *Preço de subscrição e forma de integralização:*** O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário, acrescido do Rendimento previsto no item 1.9 acima, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de subscrição. A integralização será à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição.
- 1.11. *Periodicidade de Pagamento da Amortização:*** A variação do IGPM e do CDI deverá ser paga nas mesmas datas de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme a respectiva série.
- 1.12. *Garantias Adicionais:*** Em adição às garantias reais prestadas, a Companhia deverá ceder ao BNDES e aos debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, de forma irrevogável e irretirável, a totalidade dos créditos por ela detidos em função de eventual indenização devida por parte do Poder Concedente, na hipótese de rescisão do contrato de concessão celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo (DER/SP) e a Companhia, em 01 de maio de 1998 - o "Contrato de Concessão". A referência cessão deverá ser prevista em instrumento particular - o "Contrato de Cessão".

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGÜERA - BANDEIRANTES S.A.

Companhia aberta

CNPJ nº 02.251.848/0001-62

NRE nº 3530031962

1.13 *Exatidão Intencional* O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir, mediante notificação, o imediato pagamento, pela Companhia, do saldo do Valor Nominal Unitário acrescido do Rendimento aplicável, calculado *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data de pagamento do Rendimento aplicável, o que ocorrer por último, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial à Companhia, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos:

- a) liquidação, dissolução, pedido de falência ou de falência não extinto no prazo legal, decretação de falência ou de qualquer figura semelhante que venha a ser criada por lei, da Companhia ou da CCR;
- b) propositura, pela Companhia, ou pela CCR de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, ingresso, pela Companhia ou pela CCR, em juízo, de requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- c) não pagamento, pela Companhia, de qualquer parcela do Valor Nominal Unitário, Rendimento aplicável ou quaisquer outros valores devidos aos debenturistas, nas respectivas datas de vencimento;
- d) protestos de títulos contra a Companhia, que não sejam sanados ou declarados ilegítimos no prazo de 30 (trinta) dias, cujo valor, em conjunto, seja superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), à exceção do protesto efetuado por erro ou má fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Companhia;
- e) a Companhia distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio, exceto se as suas demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou suas demonstrações financeiras revisadas do primeiro semestre apresentarem, cumulativamente, no mínimo, os seguintes índices:

$$A = \text{Dívida Líquida} / \text{EBITDA} \leq 2,5$$

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGCERA - BANDEIRANTES S.A.

Companhia aberta

CNPJ nº 02.451.818/00-02-02

NIRE nº 33300254661

Onde:

- Dívida = todas as obrigações a pagar da Companhia relacionadas aos Contratos de Financiamento BNDES, às Debêntures e às dívidas financeiras permitidas nas alíneas iv), v), e vi) do item p. abaixo;

- Dívida Líquida = Dívida - (1) caixa, bancos e aplicações financeiras; e

- EBITDA = lucro - prejuízo operacional - depreciação e amortização - receitas e despesas financeiras.

Caso o cálculo deste índice seja feito com base nas demonstrações financeiras revisadas do primeiro semestre, o EBITDA deve ser calculado considerando os últimos 12 meses.

B = Índice de Cobertura do Serviço da Dívida "ICSD" $\geq 1,3$

Onde:

$$\text{ICSD} = \frac{\text{Caixa} + \text{juros, fees e outros débitos relacionados a Dívida}}{\text{Serviço da Dívida pago no referido período}}$$

sendo:

- Dívida = mesmo resultado atribuído no item A acima;

- Caixa = lucro líquido após impostos - depreciação e amortização - outras despesas não caixa + outros créditos não caixa do período de referência; e

- Serviço da Dívida = todos os valores pagos de principal e juros relacionados à Dívida durante o referido período.

Caso o cálculo do ICSD seja feito com base nas demonstrações financeiras revisadas do primeiro semestre, o Serviço da Dívida deve contemplar os pagamentos de principal e juros dos Contratos de Financiamento BNDES e das Debêntures emitidos nestes primeiros seis meses.

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANTIANGÜERA - BANDEIRANTES S.A.

Companhia aberta

CNPJ nº 24.818.001/62

NIRE nº 338018466

Se o ICSD for calculado antes de 31 de dezembro de 2009, deverá ser utilizado o Serviço da Dívida projetado para 2009, ano de início das amortizações das Debêntures. O valor da projeção do Serviço da Dívida do ano de 2009 será calculado pela Companhia a qualquer tempo, com base na média dos valores divulgados do IGP-M e do IPCA e outros índices das dívidas dos credores adicionais nos últimos seis meses e da TJLP em vigor na data de cálculo, e devidamente demonstrado ao BNDUS e ao Agente Fiduciário:

- Caso o ICSD seja calculado utilizando as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior, o valor do Serviço da Dívida deverá ser equivalente ao Serviço da Dívida projetado para 2009;
- Caso o ICSD seja calculado utilizando as demonstrações financeiras revisadas do primeiro semestre, o valor do Serviço da Dívida deverá ser equivalente a 50% (cinquenta por cento) do Serviço da Dívida projetado para 2009;

- f. falta de cumprimento pela Companhia de toda e qualquer obrigação prevista na escritura das Debêntures (a “Escritura”), no Contrato de Cessão e no instrumento particular que reflete o penhor dado em garantia pela Companhia e pela CUR (o “Contrato de Penhor” sendo o Contrato de Penhor e o Contrato de Cessão os “Contratos de Garantia”), observando os períodos de cura previstos;
- g. o Contrato de Penhor: i) for objeto de questionamento judicial, pela Companhia ou por terceiros, que afete o cumprimento de quaisquer obrigações previstas na Escritura e/ou no Contrato de Penhor, desde que o penhor não seja substituído pela Companhia no prazo de até 20 (vinte) dias contados do recebimento de notificação escrita nesse sentido; ii) não for construído; iii) for anulado; ou iv) de qualquer forma, deixar de existir ou for rescindido;
- h. a Companhia deixar de pagar qualquer dívida financeira em valor unitário igual ou superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas, se tal inadimplemento não for sanado no prazo de cura aplicável a tal pagamento;

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGÜERA - BANDEIRANTES S.A.

Companhia aberta

CNPJ nº 12.451.838-00/0167

NIRE nº 333.907.54661

- i) vencimento antecipado dos contratos de financiamento junto ao BNDES, os "Contratos de Financiamento BNDES" ou qualquer dívida financeira permitida conforme descrito no item p, abaixo;
- j) extinção da concessão do direito de exploração de rodovia de que a Companhia é titular;
- k) as declarações e garantias a serem prestadas pela Companhia na Escritura, bem como pela CCR e pela Companhia, nos Contratos de Garantia, forem descumpridas e/ou provarem-se substancialmente falsas, incorretas, incompletas ou enganosas;
- l) a Companhia transferir ou por qualquer forma ceder ou prometer ceder a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na Escritura, sem a prévia anuência do Agente Fiduciário, como representante dos debenturistas;
- m) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental brasileira que resulte na perda da propriedade ou posse direta de parte substancial de seus ativos ou na incapacidade de gestão de seus negócios, pela Companhia, caso tal desapropriação, confisco ou outra medida afete substancialmente a capacidade de pagamento da Companhia de suas obrigações relativas às Debêntures;
- n) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Companhia ou a CCR, em valor unitário ou agregado superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data estipulada para pagamento;
- o) a transferência do controle acionário da Companhia, sem a prévia e expressa autorização do Agente Fiduciário, representando os debenturistas;
- p) a Companhia contrair ou manter, sem o consentimento do Agente Fiduciário, qualquer dívida diversa das abaixo listadas: i) Contratos de Financiamento BNDES; ii) as Debêntures; iii) dívidas subordinadas contratadas diretamente junto à CCR; iv) empréstimos de capital de giro contratados no curso normal das atividades da Companhia, que não excedam, a qualquer momento, o valor principal total de

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA - BANDEIRANTES S.A.

Companhia aberta

CNPJ nº 2.151.848/0001-63

N.º 31 nº 336-018461

R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), e dívidas de longo prazo para o financiamento de investimentos não previstos no Contrato de Concessão, para as quais tenham sido acordados os mecanismos legais de restabelecimento do equilíbrio econômico e financeiro do Contrato de Concessão até o limite dos índices financeiros restritivos à distribuição de dividendos, as quais compartilharão as mesmas garantias dos Contratos de Garantia i e vi), outras dívidas, desde que aprovadas em Assembleia Geral de Devedoristas por maioria simples das Devedoristas em circulação e pelo BNDES (neste último caso, apenas se algum Contrato de Financiamento BNDES ainda estiver em vigor);

- g) a Companhia criar ou permitir a existência de quaisquer ônus ou gravames sobre as propriedades, ativos ou receitas, no presente ou no futuro, da Companhia, exceto: i) aqueles previstos nos Contratos de Garantia; ii) penhores ou depósitos para garantir direitos e obrigações trabalhistas, fiscais ou judiciais da Companhia, desde que liberados em 30 (trinta) dias da data em que forem constituídos, exceto se contestados em boa fé pela Companhia, neste caso devendo ser liberados em 30 (trinta) dias após a respectiva decisão judicial final; e iii) ônus ou gravames exigidos nos termos do Contrato de Concessão;
- r) a Companhia prestar fiança ou outras garantias a terceiros ou assumir obrigações de qualquer natureza de terceiros, exceto contra fiança no âmbito da Conta Reserva conforme definido no Contrato de Penhor;
- s) a Companhia celebrar qualquer tipo de acordo ou contrato pelo qual qualquer espécie de receitas ou lucros da Companhia sejam divididos com ou atribuídos a qualquer pessoa, exceto programas de participação nos lucros e resultados instituídos em benefício de empregados da Companhia, nos termos da lei;
- t) a Companhia deter participação societária em qualquer sociedade;
- u) a Companhia efetuar empréstimos, adiantamentos, ou manter depósitos exceto por depósitos com bancos comerciais no curso normal dos negócios ou investimentos exceto por investimentos líquidos que tenham por finalidade exclusiva remunerar fundos disponíveis da

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA - BANDEIRANTES S.A.

Companhia aberta

CNPJ nº 02.051.848/0001-62

NIRE nº 35900744-6/

Companhia, em estrita conformidade com os Contratos de Garantia com qualquer pessoa ou sociedade;

- x) tiver sido alterado o objeto social disposto no Estatuto Social da Companhia;
- xi) a Companhia vender, ceder, locar ou de qualquer forma alienar a totalidade ou parte relevante de seus ativos, seja em uma única transação ou em uma série de transações, relacionadas ou não;
- xii) a Companhia tomar qualquer atitude que resulte no término do Contrato de Concessão.

1.14 *Procedimento de Distribuição:* A distribuição primária das Debêntures será pública, com intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sendo adotado o plano de distribuição organizado pelas respectivas instituições intermediárias e previsto no respectivo contrato de distribuição.

1.15 *Distribuição Parcial:* Não haverá distribuição parcial das Debêntures, uma vez que as instituições intermediárias deverão prestar garantia firme de subscrição da totalidade das Debêntures.

2. Cada série de Debêntures deverá, ainda, observar as seguintes características:

- 2.1** *Características das Debêntures da Primeira Série:* a) As Debêntures da primeira série "Debêntures da Primeira Série"; terão o prazo de vencimento de 96 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de abril de 2014; b) o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será amortizado anual e sucessivamente, em 5 parcelas de R\$ 1.666,00 e 1 parcela de R\$1.670,00, a partir de 1º de abril de 2009; e c) os juros das Debêntures da Primeira Série deverão ser pagos anualmente, a contar da Data de Emissão;
- 2.2** *Características das Debêntures da Segunda Série:* a) As Debêntures da segunda série "Debêntures da Segunda Série"; terão o prazo de vencimento de 90 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de outubro de 2013; b) o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado anual e sucessivamente, em parcelas de R\$ 2.000,00, a partir de 1º

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGÜERA - BANDEIRANTES S.A.

Companhia aberta

CNPJ nº 07.552.848/0001-62

NIRE nº 35300351661

de outubro de 2009; e os juros das Debêntures da Segunda Série deverão ser pagos anualmente, a partir da Data de Emissão.

- 2.3 *Características das Debêntures da Terceira Série:* (a) As Debêntures da terceira série "Debêntures da Terceira Série", terão o prazo de vencimento de 12 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de abril de 2012; (b) o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série será amortizado semestral e sucessivamente, em 6 parcelas de R\$ 1.425,00 e 1 parcela de R\$1.450,00, a partir de 1º de abril de 2009; e c) os juros das Debêntures da Terceira Série deverão ser pagos anualmente, a partir da Data de Emissão.

(ii) foram autorizados, o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia a adotarem todas as medidas necessárias à Emissão, devendo o Conselho de Administração definir as taxas de juros aplicáveis às Debêntures, após realizado o processo de *bookbuilding*; e a Diretoria a: (a) celebrar a Escritura; (b) celebrar os Contratos de Garantia; c) celebrar o contrato de distribuição com o Banco Itaú BBA S.A. "ITAU BBA", na qualidade de instituição líder, Banco Santander Brasil S.A. "SANTANDER", Banco Pactual S.A. "PACTUAL", Banco ABN AMRO Real S.A. "ABN" e Banco Votorantim S.A. "VOTORANTIM", os quais deverão prestar garantia firme de subscrição das Debêntures; (d) contratar o Banco Itaú S.A. "ITAU" para prestar os serviços de banco mandatário-depositário e escriturador de Debêntures; e) contratar a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários "PENTÁGONO", para atuar como Agente Educário da Emissão; e f) contratação da *Standard and Poor's* para emitir a súmula de classificação de risco da emissão; e

(iii) foi autorizada a outorga de procuração pela Companhia ao BNDIS e à PENTÁGONO, nos termos do Contrato de Penhor a ser celebrado entre a Companhia, o BNDIS e a PENTÁGONO, com prazo de validade superior a 1 (um) ano, de acordo com o item 1.13, p. 5, acima.

ENCERRAMENTO. Nada mais havendo a tratar, a assembleia foi encerrada e lavrada a presente ata em forma de sumário, conforme adunado pelo artigo 130, § 1º

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA - BANDEIRANTES S.A.

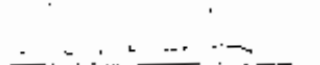
Companhia aberta

CNPJ nº 02.431.848/0001-62

NIRE nº 33590184-661

da lei 6.404/76, que lida e acada conforme, foi assinada por todos os acionistas presentes. Lndia, 28 de Junho de 2006. a.a.: Renato Alves Vale Presidente, Massami Uyeda Junior Secretário, Acionistas: Companhia de Concessões Rodoviárias p.p.: Renato Alves Vale e Massami Uyeda Junior e Actua Serviços Compartilhados Ltda. p.p.: Paulo Fukuzaki e Márcio José Batista, Renato Alves Vale, Márcio José Batista, Italo Roppa, Francisco Manuel Rocco Pereira Mendes, Leonardo Couto Vianna, Ricardo Froes Alves Ferreira, Massami Uyeda Junior e Antônio Louvares da Cunha.

Certifico que a presente é cópia fiel do original.



Massami Uyeda Junior
Secretário